Chamberlain e a tentativa de apaziguar Hitler para alcançar a paz em nosso tempo: análise de um apaziguamento impossível

Doutor
Francisco Jorge Albuquerque Pinto e Costa Gonçalves

1. Introdução

É lugar-comum afirmar que a política de apaziguamento encetada por Neville Chamberlain foi inadequada para lidar com Hitler, bem como foram judiciosas as críticas e o modo de actuação de Sir Winston Churchill em relação a esta política.

Porém, determinados historiadores (v.g. John Charmley) têm criticado esta perspectiva, pugnando que se deveria ter apaziguado ainda mais Hitler, frisando que a procura de "espaço vital" a Leste por parte da Alemanha não afectava os interesses estratégicos da Grã-Bretanha. Por outro lado, Sir Winston Churchill é caracterizado como um fomentador da guerra tendo impedido que a política de apaziguamento atingisse o seu objectivo - alcançar a paz.

Por conseguinte, face a esta argumentação aduzida, impõe-se reanalisar a política de apaziguamento, pelo que, o trabalho proposto visa responder à seguinte pergunta: a política de apaziguamento poderia ter apaziguado Hitler?

Nessa medida, esta questão deve ser analisada em diversos prismas: os antecedentes e

características da política de apaziguamento; a caracterização da política externa de Hitler; a análise da actuação de Sir Winston Churchill; como se deveria apaziguar Hitler; e, finalmente, porque é que a política de apaziguamento estaria condenada ao fracasso?

O trabalho conclui que a política de apaziguamento encetada por Chamberlain foi o combustível que alimentou a política expansionista de Hitler - e que apenas podia ser parada pela força.

2. Os antecedentes e características da política de apaziguamento

A palavra apaziguamento ganhou uma conotação extremamente negativa[1] durante e após a 2.ª Guerra Mundial, sempre associada a uma política incapaz de lidar com o nazismo - sendo, nesta perspectiva, a principal causa pela eclosão da 2.ª Guerra Mundial[2]. Face a este entendimento, certas interpretações pugnam que qualquer política que seja conotada como apaziguadora face a um qualquer regime autoritário ou ideologia totalitária, jamais, em qualquer circunstância, deva ser implementada.

Porém, diversos estudos académicos fizeram questão de sublinhar que a política de apaziguamento não tinha sido uma criação dos governos de Ramsay Macdonald[3], Stanley Baldwin[4] e de Neville Chamberlain[5], e que esta era uma política válida em diplomacia cujas origens se reportavam ao século XIX[6], e que sucessivos governos ingleses tinham adoptado, ao longo do tempo e com sucesso - para manutenção dos objectivos estratégicos da Grã-Bretanha[7].

Porém, é no Governo de Neville Chamberlain, que começa a ser adoptada uma política activa de apaziguamento, de diálogo concertado com o Governo de Hitler, de reconhecimento das suas exigências entendidas como judiciosas, embora baseadas no pressuposto que aquele era mais um nacionalista alemão que queria apenas recuperar os territórios ilegalmente retirados pelo Tratado de Versalhes e integrar na Alemanha os alemães étnicos.

Como principais defensores da política de apaziguamento, será de assinalar os partidos políticos representados na Câmara dos Comuns[8], a União Britânica de Fascistas e a União para a Paz[9], sendo de acrescentar que a opinião pública até determinada altura foi apologista desta política - e desempenhou um papel fulcral na sua manutenção. Aliás, urge trazer à colação que em 1935, se realizou uma sondagem nacional em que participaram 11 milhões de pessoas e que apoiaram inteiramente a segurança colectiva[10].

Como causas para a implementação de uma política de apaziguamento saliente-se o impacto da 1.ª Guerra Mundial, na percepção de que se lutara numa guerra inútil e por uma causa dúbia. De resto, havia uma confiança na Liga das Nações para dirimir os conflitos internacionais e a grande maioria do povo inglês via a Liga como um meio mais adequado para manutenção da paz do que a formação de alianças militares suportadas por grandes exércitos[11]. Ademais, havia uma grande simpatia por parte do povo britânico

para com as queixas alemãs derivadas do Tratado de Versalhes, que o consideravam iníquo e até existia um determinado sentimento de culpa pela sua imposição. De realçar ainda, as dificuldades orçamentais ligadas à defesa, pois desde 1922, os orçamentos eram reduzidos, porquanto era entendido que não haveria guerra num período de 10 anos.

Ora, se é certo que existiam razões pertinentes para a implementação de uma política de apaziguamento, todavia a sua eficiência depende da vontade dos actores - e sobretudo não pressupõe que é a única solução possível[12]. Efectivamente, apesar de uma política de apaziguamento ser compaginável com uma política de rearmamento, o governo de Chamberlain entendeu centrar-se exclusivamente na conciliação da Alemanha, na tentativa de alcançar a paz - o seu maior desejo, sendo desvalorizada a segurança colectiva ou o estabelecimento da "grande aliança" entre a Grã-Bretanha, França e Rússia.

Efectivamente, Chamberlain era um homem profundamente influenciado pelas causas que - no seu entender - originaram a 1.ª Guerra Mundial: a política de balança de poderes e as alianças permanentes. Destarte, implementou uma política de apaziguamento que jamais enveredasse por esses caminhos e que tinha como objectivo a paz. Como o próprio Halifax afirmou: "nós não queremos rodear a Alemanha. Nós não queremos alianças exclusivas. Queremos construir uma parceria na sociedade europeia na qual a Alemanha pode livremente juntar-se a nós e desempenhar o papel de um bom europeu pela paz europeia"[13].

3. A caracterização da política externa de Hitler

Relativamente à política externa de Hitler, que culminou com a guerra e com o genocídio, importa analisar se esta foi influenciada e determinada pelos grandes grupos económicos, ou por outro lado, foi Hitler quem tomou as principais opções e influenciou e determinou o curso dos acontecimentos e, nesse caso, se Hitler tinha algum plano expansionista e belicista ou apenas se limitou a ser oportunista.

Desde já, importa sublinhar acerca da dificuldade em traçar esta fronteira, na medida em que existiam interesses interligados entre a liderança nazi e os grandes grupos económicos[14]. No entanto, é possível afirmar que a capacidade de influenciar decisões por parte de Hitler era nitidamente mais notória no plano externo do que no plano interno - no qual este solicitava autorização para legislar ou executar políticas[15]. Aliás, na vertente interna, Hitler denotava uma especial preocupação com a manutenção da paz social,[16] para além de proceder a operações de charme junto dos grandes grupos económicos alemães, mas sublinhando ao povo alemão que não desejava proveitos económicos devido ao seu cargo[17].

Todavia, determinada perspectiva defende que a política externa era condicionada pela vertente interna, nomeadamente que um "programa de ditadura e rearmamento"[18] criou

um vórtice que apenas conduziu a mais "ditadura e rearmamento" e que a política externa teria assim que dar uma resposta - alicerçada num plano expansionista e belicista. De acordo com esta perspectiva, a redução de 6 milhões de desempregados em 1933, para em 1939 haver um excesso de oferta foi obtido através de um ambicioso programa de obras públicas, que se transformou gradualmente num programa de rearmamento[19].

Ora, urge trazer à colação que este programa de rearmamento foi determinado por Hitler e pela procura do espaço vital, sendo um seus dos principais objectivos tornar a economia alemã auto-suficiente em caso de guerra[20], pelo que, este adopta em 9 de Setembro de 1936, um plano quadrienal[21], tendo chegado a confessar que "as armas seriam a sua política externa[22]".

No que tange à política externa, deve ser frisado que as principais decisões foram tomadas por Hitler[23]. É certo que, no que concerne à retirada da Alemanha da Liga das Nações em 1933, Hitler apenas decidiu o seu momento, na medida em que esta era uma decisão já anteriormente tomada pelo anterior[24] executivo alemão. No entanto, Hitler desempenhou um papel decisivo no que respeita ao tratado naval celebrado com a Grã-Bretanha em 1935 (quando Von Neurath, tinha uma ideia diferente e foi afastado das negociações[25]), bem como aquando da ocupação da Renânia; tal como sucedeu aquando do "Anschluss"; na ocupação da restante parte da Checoslováquia[26] e especialmente na decisão da invasão da Polónia - quando Goering solicitava uma maior prudência[27].

A sua política externa obedecia a um plano de conquistas por etapas e, paulatinamente, começa a implementar uma política de rearmamento e a violar disposições quer do Tratado de Versalhes, quer do Tratado de Locarno, e começou a verificar que "a política do facto consumado"[28] trazia mais dividendos do que negociações cuidadosas, e sentia-se mais audaz e ambicioso nas suas exigências, embora não buscasse de uma assentada todos os seus objectivos - mas um de cada vez[29].

A sua preocupação estava centrada em dois vectores: resolver o problema judaico[30] (derrotar os Judeus era uma garantia de pureza racial dos alemães) e garantir o espaço vital "Lebensraum", e para tal era necessário empreender uma política expansionista e belicista - obedecendo a alguns planos previamente gizados.

Nesse sentido, em 5 de Novembro de 1937, Hitler anuncia os seus planos bélicos plasmados no Memorando Hossbach, que tinha como objectivo preservar a comunidade racial alemã "Volksmasse" e alargá-la, sendo que o problema da Alemanha somente seria resolvido pela força e o problema do espaço teria que estar resolvido até 1943-45 - caso contrário o armamento alemão ficaria desactualizado. O próprio documento refere a enorme vantagem para a Alemanha em termos de recursos com a anexação da Áustria e da Checoslováquia - e que a expansão a Leste implicava neutralizar a ameaça colocada pela Grã-Bretanha e pela França.

Determinada perspectiva desvaloriza o memorando Hossbach, não atribuindo nenhum

papel relevante, nenhum "blueprint" das intenções de Hitler, sendo um documento para consumo interno[31], além do próprio Hitler não ter ratificado o seu conteúdo[32].

Contudo, o certo é que este documento foi seguido (quase na íntegra) por Hitler, tendo sido utilizado no julgamento de Nuremberga como prova e, coincidência ou não, Von Bloomberg, o Coronel-General Von Frietch e Von Neurath (que manifestaram oposição a algumas das ideias manifestas no Memorando Hoosbach), são substituídos, alguns em decurso de processos pouco claros, por outros mais consentâneos com as ideias de Hitler.

Tocantemente à inexistência de um plano por parte de Hitler, é apontado como exemplo a ocupação da Áustria que foi uma imprudência iniciada e provocada por Schushnigg[33], e que Hitler apenas se aproveitou do desenrolar dos acontecimentos, referindo-se ainda que a força invasora alemã não estava preparada, pois 70% dos veículos teve problemas mecânicos desde a fronteira até Viena[34].

Contudo, a intenção da Áustria ser integrada na Alemanha foi defendida por Hitler no "Mein Kampf"[35], e havia até planos para concretizar o "Anschluss". De resto, convém salientar que foi Hitler quem intimidou Schushnigg[36] - e este apenas tentou através da convocação de um plebiscito preservar a unidade austríaca[37].

4. A análise da actuação de Sir Winston Churchill

Desde o Governo de Ramsay Macdonald que Sir Winston Churchill começou a alertar acerca dos perigos do nazismo que aquela política representava para os judeus - advogando a implementação de uma política de rearmamento efectivo da Grã-Bretanha, embora Churchill fosse "(…) um profeta sem audiência no seu próprio país"[38].

Aliás, inicialmente Hitler era considerado como um responsável alemão nacionalista, lutando contra o comunismo, enquanto Churchill era irresponsável em atacar o governo por este não impedir Hitler[39]. Ademais, vastos sectores da imprensa e do partido conservador criticavam acintosamente as suas tomadas de posição, rotulando-o de fomentar a guerra, alertando a opinião pública acerca de determinadas contradições: era contra os ditadores, mas defendia Franco; era contra a auto-governação da Índia mas era a favor da democracia na Checoslováquia[40].

Ora, é certo que anteriormente Winston Churchill, enquanto Ministro das Finanças, defendera o apaziguamento da Alemanha e apoiara os termos do Tratado de Locarno[41], mas é bom frisar que Hitler não era Stressman e o nazismo qualquer outra ideologia autoritária: esta colocava em causa qualquer democracia liberal europeia enquanto subsistisse na Alemanha.

Passo a passo, a sua mensagem começa a chegar a mais destinatários, quando as suas preocupações se vão concretizando à medida que a Alemanha e Hitler vão crescendo em poder e influência. De resto, sempre soube alertar acerca das deficiências do armamento

inglês, bem como dos verdadeiros números acerca do rearmamento alemão, servindo-se para o efeito de uma "Intelligence" assinalável, que estava ao dispor dos sucessivos decisores políticos, que desvalorizaram as informações recebidas, bem como fizeram questão de esconder essas informações - com medo que a sua divulgação comprometesse a paz.

Efectivamente, destacam-se três pessoas com presença assídua na sua casa em Chartwell: Frederick Lindemann, Professor de Física Experimental em Oxford, que possuía uma capacidade invulgar de explicar em linguagem simples, os mais intrincados termos técnicos; Desmont Morton, Director do Centro Industrial de "Intelligence" desde 1930, cuja incumbência era descortinar tudo no que tange ao programa de rearmamento alemão[42], e finalmente Ralph Wigram que para além das informações obtidas no seu local de trabalho no Gabinete dos Negócios Estrangeiros, ajudou Churchill a descobrir as partes omissas do "Mein Kampf" que tinha sido traduzido para Inglês, em 1933[43].

Churchill também obtinha informações através de outras fontes, como Sir Henry Strakoch, que possuía dados fidedignos no que concerne ao rearmamento alemão[44]. De destacar ainda, Sir William Beveridege, o seu antigo Director de Construção Naval no Almirantado, que recebera informações sobre a negligência do governo nos preparativos e planeamento da defesa[45] - e informara Churchill para o efeito.

Todavia, à medida que os seus comentários e avisos ganhavam maior relevo face ao desenrolar dos acontecimentos, começa a ser contactado por diversos tipos de pessoas preocupadas com o imobilismo do decisor político. O inventor do radar Robert Watson-Watt, apelou directamente a Churchill para ajudar a influenciar o Ministro da Aviação para tomar medidas de emergência[46], e chegou a ter reuniões com o General Ironside que duvidava dos seus líderes[47]. Ademais, Frank Don (esteve colocado 3 anos e meio em Berlim, como adido da aviação) e, sem avisar o Ministério da Aviação, forneceu a Churchill diversos pormenores sobre os preparativos aéreos da Alemanha[48].

Este manancial de informações foi bastante útil na denúncia quer dos perigos da ineficácia da política de apaziguamento, quer da denúncia das verdadeiras intenções de Hitler e, em finais de 1938 e princípios de 1939, Churchill passa a figurar implicitamente nos discursos de Hitler que o acusa de fomentar a guerra - o que produz um efeito contraproducente: é considerado pela opinião pública inglesa como uma ingerência por parte de Hitler nos assuntos internos da Grã-Bretanha[49]. Consequentemente, Churchill ganha prestígio e credibilidade no seio da opinião pública e em todos os sectores partidários, deixando de ser rotulado como fomentador da guerra, mas como presciente quer relativo às deficiências da política de apaziguamento, quer ao programa expansionista alemão.

5. Como se deveria apaziguar Hitler?

Actualmente, diversos críticos entendem que a política de apaziguamento era a forma

mais correcta para lidar com Hitler e verberam Chamberlain por este ter abandonado aquela política em 1939 - aquando da anexação da Checoslováquia pela Alemanha. Nesse sentido, frisam que a Europa de Leste não era uma esfera de interesses da Grã-Bretanha, relembrando o exemplo de Baldwin que citara o "Mein Kampf" para referir que a expansão de Hitler era apenas para Leste[50], pelo que, a Alemanha não ameaçaria a Grã-Bretanha ou os seus interesses estratégicos.

De igual modo, criticam o facto de Chamberlain ter iniciado um claro sistema de rearmamento e introduzido o sistema de conscrição, bem como pelo facto de, perante pressões da opinião pública, ter concedido garantias à Polónia. Com esse propósito, salientam que a questão do corredor polaco era mais importante que os Sudetas[51], pelo que, fazia ainda mais sentido a Alemanha ser apaziguada através da cedência do corredor polaco, e da cidade livre da Danzig.

6. Porque é que a política de apaziguamento estaria condenada ao fracasso?

Perante o quadro gizado, importa analisar cada uma das perspectivas defendidas. É certo que a Europa de Leste não era uma esfera vital dos interesses estratégicos da Grã-Bretanha. Todavia, importa referir que a Grã-Bretanha desde o século XVI sempre se opusera à potência dominante no continente, numa perspectiva de balança de poderes e não poderia ficar indiferente ao crescimento desmesurado da potência dominante, sob pena de futuramente poder vir a ser ameaçada.

Aliás, Headlam-Morley[52] escreveu um memorando denominado "História da Política Estrangeira e o Protocolo de Genebra" no qual alertava para os perigos do desmembramento da Polónia e da Checoslováquia. Apesar de sublinhar que a Grã-Bretanha não podia dar as mesmas garantias à Europa de Leste, todavia, avisava que esta não podia ficar titubeante e imóvel caso algum daqueles países perdesse a sua soberania, alertando que as aquisições de território e recursos na Europa Central e de Leste ameaçariam a França e a Grã-Bretanha[53].

De igual modo, se Chamberlain entendia que Hitler apenas queria recuperar os territórios perdidos pelo Tratado de Versalhes, então não podia ignorar que a Alsácia-Lorena (território retirado à Alemanha pelo Tratado de Versalhes e atribuído à França) era um objectivo prosseguido por Hitler (e que este tinha planos para a integrar na Alemanha) e, nesse sentido, Chamberlain não devia, nem podia, ignorar esse perigo.

De igual forma, tal como estava vertido no Memorando Hossbach, a Alemanha para se expandir a Leste, em busca do seu espaço vital, tinha que assegurar que a Grã-Bretanha e a França fossem neutralizadas, objectivo que seria alcançado, ora através de uma intervenção militar, ou através da "colaboração" com um governo amistoso com a ideologia nazi - algo incompatível com a democracia liberal[54].

É certo que a Grã-Bretanha não tinha capacidade militar para enfrentar a Alemanha

(devido à inércia dos sucessivos decisores políticos), embora tal já não sucedesse com a França que dispunha de capacidade militar para a enfrentar. Ao invés, a política de apaziguamento procurou (e conseguiu) inibir a vontade francesa para usar a sua capacidade militar, que assinale-se, tinha firmado uma série de alianças com determinados países de Leste[55], e impediu a vontade francesa de actuar, quando esta tinha capacidade para tal[56].

A título de exemplo, Hitler podia ter sido impedido aquando da ocupação da Renânia, e o próprio confirmou que as 48 horas sobre aquela invasão foram as mais angustiantes da sua vida, porquanto se os franceses tivessem entrado sobre a Renânia, os alemães teriam que se retirar pois os recursos que dispunham nem davam para uma resistência moderada[57].

Relativamente à questão da concessão das garantias à Polónia, apesar das pressões da opinião pública e de Churchill, foi Halifax quem realmente convenceu Chamberlain a conceder tais garantias embora estas revelassem uma enorme fragilidade: apenas visavam garantir a independência da Polónia - descurando a sua integridade territorial. Ora, caso Hitler se tivesse limitado a exigir a cidade de Danzig ou o corredor polaco, dificilmente estaríamos na presença de um "casus belli".

Ademais, apesar das garantias concedidas à Polónia, e de Chamberlain ter dado a face na Checoslováquia, também estava disposto a dar a outra pela Polónia, tudo em nome de uma guerra que a todo o transe queria evitar e, amiúde, pressionou o governo polaco para que este encetasse negociações com Hitler - mas o governo polaco não estava disposto a ceder. Aliás, Halifax entendia (com alguma dose de ingenuidade), que um segundo Munique prejudicaria Hitler[58].

Por último, aquando da invasão da Polónia por parte da Alemanha, apesar do seu gabinete, por unanimidade, ter decidido no dia 2 de Setembro, o envio de um ultimato à Alemanha e que terminaria à meia-noite desse dia, Chamberlain ainda se mantinha amarrado à sua concepção de apaziguamento e acreditava numa míngua de esperança, numa paz que ainda seria possível - mas que nunca viria.

Para o efeito, nessa mesma tarde, ao discursar na Câmara dos Comuns, Chamberlain afirmou que não enviara nenhum ultimato, mas uma nota no qual era referido que se o governo Alemão retirasse as suas tropas "(…) então o governo de Sua Majestade poderá considerar que a situação é a mesma que existia antes de as forças alemãs terem atravessado as fronteiras da Polónia"[59].Perante este cenário, cinco[60] membros do seu Gabinete ameaçaram demitir-se caso não fosse enviado um ultimato à Alemanha[61].

De resto, aqueles que afirmam que Hitler não tinha ambições expansionistas, esquecem-se que ele podia ter tentado um caminho diferente em 1939, nomeadamente limitar o armamento; não anexar a restante parte da Checoslováquia[62], ganhar concessões de modo pacífico da Polónia[63], e até consolidar a posição da Alemanha na Europa[64]. Todavia, Hitler "(…) não queria apenas a Grande Alemanha; ele queria a maior Alemanha

possível”[65].
Por conseguinte, face aos objectivos gizados por Hitler, a política de apaziguamento apenas poderia surtir efeito se fosse acompanhada de outras medidas - que fizessem contrabalançar a política expansionista de Hitler. Mas será que a política de apaziguamento encetada por Chamberlain tinha capacidade para trilhar outro caminho?

Tal não era possível devido à concepção da política de apaziguamento delineada por Chamberlain, sendo este demasiado arrogante, ao nem sequer colocar o cenário do fracasso do apaziguamento julgando que Hitler era apenas mais um estadista alemão em quem se podia confiar[66]. De notar que nas cartas que este escreve para as irmãs mostra-se insensível às críticas, no qual é patente uma presunção em ser o único possuidor das qualidades necessárias para que a Inglaterra alcançasse a paz[67] - tal como tinha sucedido com o seu meio-irmão[68].

Nesse sentido, esta política de apaziguamento não tinha capacidade para gerar alternativas e alimentava-se de uma “diplomacia da ilusão[69]” numa dupla perspectiva: que impunha a si própria e que impunha ao povo inglês.

Neste sentido, a visão da política de apaziguamento de Chamberlain implicava que se rodeasse de pessoas da sua confiança, que partilhassem as suas ideias e afastasse aquelas que não concordavam, o que alimentava a ilusão que as reivindicações de Hitler se centravam apenas na revisão do Tratado de Versalhes, e que podiam ser conduzidas por negociações directas e por acordos escritos no pressuposto que a população queria a paz - a qualquer preço.

Efectivamente, a nomeação de Inskip (inexperiente em matérias de defesa), no entender de Chamberlain era ideal, pois o Ministro da Coordenação não devia ser um estratega - e seria qualificado para conter os pedidos inflacionados na área da defesa[70].

Um fervoroso adepto de Chamberlain era Nevile Henderson (embaixador da Grã-bretanha em Berlim) que reportava muito pouco acerca dos detalhes sinistros do III Reich, mas enviava relatórios que frisavam que os objectivos de Hitler estavam confinados à revisão do tratado de Versalhes e que Hitler não queria dominar a Europa militarmente[71,72].

De igual modo, o embaixador britânico em Praga, Basil Newton (outro fervoroso adepto do apaziguamento) argumentou que nada seria ganho com a oferta de uma garantia aos checoslovacos e, em certa medida, até poderia produzir um efeito contraproducente ao impedir a continuação de reformas na maneira como a Checoslováquia lidava com a minoria alemã nos Sudetas[73] e, por conseguinte, aumentar o risco de guerra[74].

Um crítico de Hitler, Robert Vansittart, Sub-Secretário permanente do Gabinete dos Negócios Estrangeiros, é substituído por Horace Wilson, um fervoroso adepto do apaziguamento[75].

A influência de Chamberlain não se sentia apenas em órgãos políticos, mas também nos órgãos de comunicação social no qual os principais jornais ingleses (v.g. Times, Daily Mail, Daily Express) apoiavam explicitamente a política de apaziguamento, incluindo a própria rádio BBC[76]. Ademais, Halifax em sucessivas reuniões, influenciou os principais editores de jornais de molde a moderar a cobertura do que decorria na Alemanha - embora houvesse excepções, como o Evening Standard, onde trabalhava o mais famoso cartonista inglês, David Low[77,78].

Paradigmático dessa ilusão residiu no facto da mensagem transmitida ao povo inglês acerca do objectivo de Chamberlain em se deslocar à Alemanha para resolver a questão dos Sudetas, consistia em impedir os ataques aéreos a Londres[79] por parte da Alemanha - e que culminou com a celebração dos Acordos de Munique[80,81].

Urge trazer à colação que o argumento no que tange aos ataques aéreos era muito badalado na Grã-Bretanha devido aos horrores da guerra civil espanhola, mas era um argumento incorrecto, pois como frisou numa palestra um instrutor da força aérea, caso os bombardeiros alemães saíssem da Renânia com bombas pesadas não teriam combustível para regressar. Todavia, com medo que essa informação fosse veiculada para os órgãos de comunicação social, foi aconselhado pelo Governo a não divulgá-la[82].

De igual modo, e face aos desenvolvimentos ocorridos na Checoslováquia[83], Attlee, Sinclair e Eden alvitraram a necessidade de uma aliança com a URSS[84]. Porém, Chamberlain, tal como o seu antecessor Baldwin, nutria uma profunda desconfiança e um ódio ao bolchevismo[85], e só a contraposto decidiu encetar negociações com esta, demonstrando pouco empenho na conclusão de um qualquer acordo[86].

Efectivamente, no estabelecimento dos primeiros contactos entre as partes, a resposta da URSS era efectuada em 24 horas, ao passo que o governo inglês demorou dias[87]. De igual forma, ao contrário das negociações com Hitler para resolução da questão dos Sudetas, em que Chamberlain se deslocara de avião para a Alemanha (pela primeira vez na sua vida e aos 68 anos), não se deslocou à URSS, nem mandou Halifax, e recusou a proposta de Eden para se deslocar em nome da Inglaterra[88].

Ao invés, preferiu mandar uma delegação composta por dois elementos subalternos, Sir Reginald Aylmer Drax e William Strang, que foram de barco numa viagem que demorou seis dias. Ademais, estes dois representantes nem estavam autorizados a assinar uma aliança, e Chamberlain insistia que os Russos dessem garantias da independência da Polónia, Roménia, Finlândia, bem como dos Estados Bálticos[89]. Perante estes procedimentos e cenários, dificilmente se chegaria a um bom porto nas negociações com a URSS - adensadas com o alheamento de Chamberlain que, na fase decisiva das negociações, preferiu passar férias na Escócia[90].

Ora, face às intenções expansionistas de Hitler, bem como à ilusão criada e alimentada pela política de apaziguamento, a opinião pública inglesa mobiliza-se na defesa da Polónia - que era entendida como o próximo "alvo de Hitler". Efectivamente, em

Fevereiro de 1939, uma sondagem realizada na Grã-Bretanha revelou que apenas 28% considerava que o apaziguamento traria a paz, e uma nova sondagem realizada em Julho de 1939, referia que 85% era favorável à criação de uma aliança para combater Hitler[91]. Outra sondagem revelou que em Julho de 1939, 76% da opinião pública inglesa entendia que se devia declarar guerra à Alemanha no caso de esta invadir a Polónia[92].

Por último, Chamberlain acreditava firmemente que a opinião pública desejava a paz - mesmo a qualquer preço. Ignorou que o espírito vitoriano tão criticado em Churchil, afinal também estava presente no povo inglês que inicialmente desejava a paz, mas devido às concessões da política de apaziguamento (e suas ilusões) bem como às acções de Hitler, fizeram a opinião pública mudar de opinião e assumir a luta pela liberdade - mesmo que fosse necessário entrar em guerra.

Nestas condições, a política de apaziguamento nunca poderia apaziguar Hitler - excepto caso cedesse na sua democracia liberal[93].

7. Conclusões

Por tudo quanto foi expendido, a política de apaziguamento de Chamberlain, consistia numa estratégia que visava resolver as crises do dia-a-dia, com preocupações breves, não se preocupando se estas acções a longo prazo geravam consequências contrárias aos seus interesses estratégicos.

Chamberlain esteve demasiado preocupado com as causas que levaram à 1.ª Guerra Mundial, julgando que Hitler podia ser apaziguado, e que a opinião pública desejaria a paz, a qualquer preço, pelo que errou na avaliação da situação.

De igual modo, a política de apaziguamento não levou em linha de conta uma política de balança de poderes, nem no comprometimento em se vincular a tratados de defesa, preferindo desenvolver uma política de negociação, sem recurso ao uso da força, privilegiando assim, a diplomacia bilateral e retirando espaço à implementação de uma política de segurança colectiva ou à criação da grande aliança.

Ademais, o decisor político ignorou, como até silenciou várias informações prestadas pela sua "Intelligence", quer relativas às deficiências do seu programa de armamento, quer ao programa de rearmamento da Alemanha, que levou a que alguns agentes encarregues de colher informações, as transmitissem primeiro àquele que no seu entender iriam dar o seu melhor uso - isto é, a Churchill.

A política de apaziguamento começou com um amplo apoio popular, e um amplo consenso partidário, mas devido à sua actuação - baseada numa "diplomacia da ilusão", às críticas (especialmente de Churchill) e porque Hitler escolheu sempre o confronto, acabou no final por se circunscrever a um núcleo restrito dentro do Partido Conservador e contra a esmagadora maioria da opinião pública. Nestas condições, qualquer estratégia

baseada neste tipo de política de apaziguamento nunca poderia resultar contra a vontade nacional.

Face à implementação dogmática da política de apaziguamento e face aos objectivos delineados por Hitler, a Grã-Bretanha apenas poderia apaziguar Hitler caso cedesse na sua democracia liberal, pelo que, a política de apaziguamento encetada por Chamberlain jamais poderia ter apaziguado Hitler.

Monografias

ARON, Raymond*, Peace & War: A Theory of International Relations*, New Jersey, Transaction, 2003;
BEST, Geoffrey, Churchill, A Study in Greatness, London Penguin Books, 2002;
BLACK, Edgar, *Churchill*, [S.l.], Editorial Aster, [1941?];
CAMERON, Rondo, *Historia Económica do Mundo: De uma forma Concisa, de há 30 000 anos até ao Presente*, Sintra, Publicações Europa-América, 2000;
CATO, *Guilty Men*, Penguin **Twentieth Century Classics**, 1.º ed 1940, 1998;
CHARMLEY, John, *Chamberlain and the Lost Peace*, Chicago, Ivan R. Dee, 1989;
CHURCHILL, Winston S., *The Second World War: Volume I, The Gathering Storm,* New York, Houghton Mifflin Company, 1.º ed.º 1951; 1985*;*
CHURCHILL, Winston S., *Never Give In*, New York, Hyperion, 2003[94];
COCKETT, RICHARD, *Twilight of Truth: Chamberlain, Appeasement and the Manipulation of the Press,* Weidenfeld and Nicolson, London, 1989;
EBERLE, Henrik, UHL Matthias*, The Hitler Book, The Secret Dossiers Prepared for Stalin,* London, JOHN MURRAY, 2005;
GILBERT, Martin, *Churchill: Uma Vida, Bertrand* Editora, 2003;
FERGUSON, Niall, *A Guerra do Mundo, Uma Idade Histórica de Ódio*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2006;
LUKAKS, John, *The Hitler of History*, New York, 1998;
HITLER, Adolf, *A Minha Luta*, Porto, Edições Afrodite, 1976;
HUMES, James C., *Biography: Winston Churchill, New York, DK Publishing,* 2003;
KENNEDY, Paul, *The Rise and Fall of the Great Powers,* New York, Vintage Books, 1989;
KENNEDY, Paul, *Strategy and Diplomacy, 1870-1945: Eight Studies*, Fontana Press, 1984;
KERSHAW, Ian*, Hitler: Um Perfil de Poder,* Sintra, Editorial Inquérito, 1998;
KERSHAW, Ian, *Hitler, 1889-1936: Hubris*, London, 1998;
KERSHAW, Ian, *Hitler, 1936-1945: Nemesis*, London, 2000;
KERSHAW, Ian, *The Nazi Dictatorship, Problems & Perspectives of Interpretation*, London, 4 edição, Hodder Arnold, 2000;
KERSHAW, Ian, *Fateful Choices - Ten Decisions That Changed The World,* 1940-1941. London, Penguin, Allen Lane, 2007;
KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1994;
MASON, Tim, "*Some Origins of the Second World War*", in ROBERTSON, E. M., (org) *The Origins of the Second World War*, London, 1971;

MCDONOUGH, Frank, *Hitler, Chamberlain and Appeasement*, Cambridge University Press, 2002;
MIDDLEMASS, Keith, *The Diplomacy of Illusion. The British Government and Germany, 1937-1939,* London, 1972;
NEVILLE, Henderson, *Failure of a Mission: Berlin, 1937-1939,* New York, GP Putnam's Sons, 1940;
NYE, Joseph*, Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História,* Lisboa, Gradiva, 2002;
OTERO, Paulo, *A Democracia Totalitária: Do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária. A Influência do Totalitarismo na Democracia do século XXI*, Lisboa, Principia, 2001;
PARKER, R. A. C., *História da Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Edições 70, 1989;
PARKER, R. A. C., *Chamberlain and Appeasement. British Policy and the Coming of The Second World War*, London, 1993;
ROBERTS, Andrew, *Hitler & Churchill, Secrets of Leadership*, London, Weidenfeld & Nicolson, 2003;
ROBBINS, Keith, *Churchill*, Editorial Inquérito, 1997;
TAYLOR, A.J.P., *The Origins of the Second World War*, New York, TOUCHSTONE Simon & Shuster, 1996;
WEINBERG, Gerhard L., *Hitler's Second Book: The Unpublished Sequel to Mein Kampf, New York, Enigma Books, 2006.*

Outras fontes
CIENCALA, Anna*, The Roots of Appeasement, 1919-1937,* University of Kansas, 2003, Página consultada em 18 de Outubro de 2005, disponível em <http://raven.cc.ku.edu/~eceurope/hist557/lect15.htm>.

* O presente trabalho, corresponde à versão integral da comunicação efectuada pelo autor no dia 6 de Março der 2008 no IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Politica - de que é sócio. Parte da ideia do presente trabalho, já tinha sido apresentado para a disciplina de Polemologia, ministrada pelo Professor Francisco Proença Garcia (TCor Inf), do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica.
O autor também é sócio da Delegação Portuguesa da Sir Winston Churchill Society, presidida pelo Exmº Professor Doutor João Carlos Espada, Director do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica.
** Licenciado em Direito e em História. Mestrando, concluiu a parte escolar do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa - Instituto de Estudos Políticos (IEP), da Universidade Católica (Projecto de dissertação já aprovado). Actualmente é Técnico Superior a desempenhar funções nos serviços centrais da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais. Foi Oficial do Exército Português entre 28 de Setembro de 1998, a 6 de Janeiro de 2008.
1 Cfr. Paul Kennedy, Strategy and Diplomacy, 1870-1945: Eight Studies, Fontana Press, 1984, p. 13.
2 O livro “Guilty Men”, de Cato é paradigmático desta situação e tem sido reimpresso desde 1940.
3 Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, entre Agosto de 1931 a Maio de 1935.

4 Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, entre Junho de 1935 e Maio de 1937.

5 A actuação de Neville Chamberlain como Primeiro-Ministro, de certo modo seria uma continuação dos seus antecessores no que tange ao desejo na obtenção da paz e, de resto, nestes dois governos, entre 1931 a 1937, Neville Chamberlain desempenhou as funções de Ministro das Finanças - e durante o seu mandato como Primeiro-Ministro denotou uma grande preocupação nesta área.

6 Pode situar-se aquando da morte de Palmerston´s em 1865, o início de uma política de apaziguamento. Cfr. Paul Kennedy, Strategy and Diplomacy, 1870-1945: Eight Studies, Fontana Press, 1984, p. 20.

7 E quais eram esses objectivos estratégicos? Manter e defender o Império e, como tal, a paz tinha que ser assegurada na Europa para que a Grã-Bretanha se concentrasse nos recursos do Império. Ademais, os interesses estratégicos na Europa teriam que assegurar a segurança da França, Bélgica e Holanda - para evitar a invasão da Grã-Bretanha.

8 Partido Trabalhista, Partido Liberal e Partido Conservador.

9 Cfr. Frank Mcdonough, Hitler, Chamberlain and Appeasement, Cambridge University Press, 2002. pp. 36 e 37.

10 Cfr. Frank Mcdonough, ob. cit., p. 36.

11 A União da Liga das Nações tinha cerca de 400 mil membros na Grã-Bretanha. Cfr. Frank Mcdonough ob. cit., p. 31.

12 Cfr. Paul Kennedy, The Rise and Fall of the Great Powers, New York, Vintage Books, 1989, p. 318.

13 Cfr. John Charmley, Chamberlain and the Lost Peace, Chicago, Ivan R. Dee, 1989, p. 17.

14 Cfr. Ian Kershaw, The Nazi Dictatorship, Problems & Perspectives of Interpretation, London, 4 edição, Hodder Arnold, 2000 p. 56.

15 Cfr. Ian Kershaw, ob. cit., p. 159.

16 Cfr. Ian Kershaw, ob. cit., p. 89.

17 Porém, deve ser sublinhado que o próprio Hitler auferia rendimentos bastante elevados, na medida em que o livro "Mein Kampf" era de leitura obrigatória para os membros do partido nazi e Hitler era co-proprietário da Eher, a editora do partido, bem como tinha acesso (sem qualquer tipo de controlo por qualquer entidade externa) a fundos do partido nacional-socialista. Cfr. Henrik Eberle, Matthias Uhl, The Hitler Book, The Secret Dossiers Prepared for Stalin, London, JOHN MURRAY, 2005, p. 7.

18 Esta é a perspectiva, defendida, entre outros, por Tim Mason. Cfr. Tim Mason "Some Origins of the Second World War", p. 125, in E. M. Robertson (org) "The Origins of the Second World War, London, 1971".

19 Cfr. Rondo Cameron, Historia Económica do Mundo: De uma forma concisa, de há 30 000 anos até ao presente, Sintra, Publicações Europa-América, 2000, p. 400.

20 Cfr. Rondo Cameron, ob. cit., p. 400.

21 Plano esse que foi inicialmente escondido de Schaft - o seu Ministro da Economia.

22 Cfr. Henrik Eberle, Matthias Uhl, ob. cit., p. 11.

23 Cfr. Ian Kershaw, ob. cit, p. 159.

24 Cfr. Ian Kershaw, ob. cit, p. 144.

25 Cfr. Ian Kershaw, ob. cit, p. 146.

26 A ocupação da Checoslováquia tinha sido determinada por um memorando de Hitler reportado a 21 de Outubro de 1938. De igual modo, a entrada em Praga em 15 de Março

de 1939, foi motivo de maior satisfação para Hitler do que as negociações diplomáticas resultantes dos Acordos de Munique. Cfr. Henrik Eberle, Matthias Uhl, ob. cit, p. 40.
27 Cfr. Ian Kershaw, Hitler: Um Perfil de Poder, Sintra, Editorial Inquérito, 1998, p. 147.
28 Cfr. Ian Kershaw, Hitler …, ob. cit., p. 123.
29 Cfr. Henry Kissinger, Diplomacia, Lisboa, Gradiva, 1994, p. 28.
30 Cfr. Adolf Hitler, A Minha Luta, Porto, Edições Afrodite, 1976, passim.
31 Cfr. A.J.P. Taylor, The Origins of the Second World War, New York, TOUCHSTONE Simon & Shuster, 1996, p. 131.
32 Cfr. A.J.P. Taylor, ob. cit., p. 131.
33 Cfr. A.J.P. Taylor, ob. cit., p. 149.
34 Cfr. A.J.P. Taylor, ob. cit., p. 149.
35 Cfr. Adolf Hitler, ob. cit., p. 5.
36 Pretendia a nomeação do Nazi Seys-Inquart como Ministro da Segurança; a amnistia para os partidários nazis presos, bem como a incorporação do partido nazi austríaco no governo.
37 Apesar de Chamberlain ter emitido uma nota de protesto, entendia que a culpa era mais devida à decisão precipitada de Schushnigg ao convocar o plebiscito. Cfr. Frank Mcdonough, ob. cit., p. 25.
38 Cfr. Keith Robbins, Churchill, Editorial Inquérito, 1997, p. 41.
39 Cfr. James C. Humes, Biography: Winston Churchill, New York, DK Publishing, 2003, p. 75.
40 Cfr. Niall Ferguson, A Guerra do Mundo, Uma Idade Histórica de Ódio, Porto, Livraria Civilização Editora, 2006, p. 290.
41 Cfr. Martin Gilbert, Churchill: Uma Vida, Bertrand Editora, 2003, p. 353.
42 Cfr. Geoffrey Best, Churchill, A Study in Greatness, London Penguin Books, 2002, p. 146.
43 Cfr. Geoffrey Best, ob. cit., p. 154.
44 Cfr. Winston Churchill, The Second World War: Volume I, The Gathering Storm, New York, Houghton Mifflin Company, 1955, 1985, p. 203.
45 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 422.
46 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 413.
47 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 431.
48 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 433.
49 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 444.
50 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 415.
51 Cfr. A.J.P. Taylor, ob. cit., p. 214.
52 Autor dos artigos de cidade livre de Danzig tendo igualmente participado na redacção de outros artigos sobre as fronteiras alemãs do Tratado de Versalhes.
53 Cfr.Anna Ciencala, The Roots of Appeasement, 1919-1937, University of Kansas, disponível em <http://raven.cc.ku.edu/~eceurope/hist557/lect15.htm>.
54 No famoso discurso de Churchill proferido na Câmara dos Comuns em 5 de Outubro de 1938, "A Total and Unmitigated Defeat", este alertou para o perigo da dominação da Europa pelo regime Nazi, que levaria à supressão de territórios da Grã-Bretanha ou restrições sobre a liberdade de expressão e debate no parlamento, e na imprensa Cfr. Winston Churchill, Never Give In, New York, Hyperion, 2003, p. 180.
55 A França tinha celebrado diversos acordos de defesa com países de Leste: Polónia

(1921); Checoslováquia (1924); Roménia (1926) e Jugoslávia (1927).
56 Aquando da invasão da Renânia, foi Baldwin que aconselhou o Primeiro-Ministro Francês a não actuar.
57 Cfr. Edgar Black, Churchill, [S.l.], Editorial Aster, [1941?], p. 254.
58 Cfr. A.J.P. Taylor, ob. cit., p. 271.
59 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 454.
60 Simon, Hore-Belisha, Sir John Anderson, Walter Elliot e o Conde De La Warr.
61 A Câmara dos Comuns estava bem agastada com esta atitude titubeante. Como referiu Amery "(...) durante dois dias inteiros os desgraçados polacos têm sido massacrados, e nós estávamos ainda a considerar em que prazo de tempo devia ser Hitler convidado a dizer-nos se estaria interessado a abandonar a sua presa." Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 455.
62 Hitler cometeu um erro, pois integrou na Alemanha populações não alemãs, quando todas as suas anteriores reivindicações se baseavam nesse princípio - e as suas exigências tinham sido permitidas. Cfr, Henry Kissinger, ob. cit., p. 273.
63 A Cidade de Danzig e o corredor polaco.
64 Cfr. R. A. C. Parker, História da Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 15.
65 Cfr. Niall Ferguson, ob. cit., p. 267.
66 Vários episódios atestam a sua credulidade face às intenções gizadas por Hitler. Aquando da resolução da questão dos Sudetas, nomeadamente na 2.ª viagem à Alemanha (Bad Godesberg, no dia 22 de Setembro de 1938), no decurso das negociações e perante a inflexibilidade de Hitler, Chamberlain chegou a perguntar se não estaria perante um ultimato, ao que Hitler retorquiu apontando para o título da sua proposta - no qual estava escrito "memorando". Cfr. Henry Kissinger, ob. cit., p. 270.

Face à conclusão dos Acordos de Munique, Duff Cooper demite-se do governo e no seu discurso perante a Câmara dos Comuns expôs essa credulidade: quando Hitler violou o Tratado de Versalhes, comprometeu-se a manter os termos do Tratado de Locarno; quando este violou o Tratado de Locarno, frisou que não pretendia invocar mais pretensões territoriais na Europa; quando ocorreu o "Anschluss", garantiu que não ia interferir na Checoslováquia, pelo que, verberou o Primeiro-Ministro por entender que ainda fazia sentido confiar em Hitler. Cfr. Winston Churchill, ob. cit., p. 292.
67 Cfr. Paul Kennedy, ob. cit., p. 37.
68 Fora atribuído a Austen Chamberlain o prémio Nobel da Paz, juntamente com Stresemann e Briand devido ao seu esforço que culminou com a assinatura do Tratado de Locarno - que apaziguara a Alemanha e a integrou na Europa. Porém, Austen Chamberlain, no final da sua vida (morreu em 1937), tinha alertado acerca do perigo que Hitler representava. Cfr. Anna Ciencala, The Roots of Appeasement, 1919-1937, University of Kansas, 2003, disponível em <http://raven.cc.ku.edu/~eceurope/hist557/lect15.htm>.
69 Cfr. Keith Middlemass, The Diplomacy of Illusion. The British Government and Germany, 1937-1939, London, 1972, p. 123.
70 Cfr. John Charmley, ob. cit., p. 36.
71 Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 44.
72 Efectivamente, em relação à absorção da Áustria, aquele embaixador entendeu que o "Anschluss" não prejudicava os vitais interesses britânicos. Cfr. John Charmley, ob. cit.,

p. 9.
73 Porém, deve ser salientado que a Checoslováquia era o país mais avançado em termos políticos e económicos resultante dos Estados criados após a 1.ª Guerra Mundial, bem como era respeitador das minorias, incluindo a alemã - ao contrário do que sucedia com as minorias a residirem na Alemanha.
74 Cfr. John Charmley, ob. cit., p. 65.
75 Cfr. Frank Mcdonough, ob. cit. p. 47.
76 Cfr. Frank Mcdonough, ob. cit., p. 36.
77 Cfr. Niall Ferguson, ob. cit., p. 290.
78 Sobre a manipulação e as enorme pressões que o Governo de Chamberlain exerceram sobre os órgãos de comunicação social ingleses, consultar o Livro de Richard Cockett, Cfr. Richard Cockett, Twilight of Truth: Chamberlain, Appeasement and the Manipulation of the Press, Weidenfeld and Nicolson, London, 1989.
79 Cfr. Niall Ferguson, ob. cit., p. 275.
80 Após a conclusão dos Acordos de Munique, Chamberlain persuadiu Hitler a assinar "um papel" no qual a Alemanha reconhecia que não entraria em guerra com a Grã-Bretanha, e chegado a Londres declarou: "Eu penso que alcançámos a paz em nosso tempo".
81 As críticas aos Acordos de Munique não se circunscreveram ao Partido Conservador. Clemente Attlee,
líder do Partido Trabalhista, considerou os Acordos de Munique como uma "humilhação" e uma "vitória da força bruta" e Archibald Sinclair, líder do Partido Liberal, afirmou que uma política "(…) que impõe a injustiça a uma pequena e fraca nação, e tirania a homens e mulheres livres, não pode nunca ser a base de uma paz duradoura". Cfr. Martin Gilbert, ob. cit., p. 441.
82 Cfr. Anna Ciencalla The Roots of Appeasement, 1919-1937, University of Kansas, 2003, disponível em <http://raven.cc.ku.edu/~eceurope/hist557/lect15.htm>.
83 De resto, Hitler mostrou-se francamente surpreendido pela reacção muito negativa da opinião pública inglesa aquando da anexação da Checoslováquia em 15 de Março de 1939, entendendo que aquela opção estava implícita aquando da celebração dos Acordos de Munique. Cfr. Henrik Eberle, Matthias Uhl, ob. cit., p. 42.
84 Cfr. Winston S. Churchill, ob. cit., p. 327.
85 Diga-se de passagem que entre 1919-21, Churchill exercera as funções de Secretário Britânico para a Guerra e conduziu o esforço ocidental para derrubar os bolcheviques na guerra civil que se seguiu à revolução de Outubro - e era conhecido publicamente o seu desprezo pelo bolchevismo.
86 Já não se tinha convidado a URSS para a cimeira de Munique, apesar de aquele país ter celebrado um tratado de defesa com a Checoslováquia, que continha uma particularidade: a URSS apenas defenderia a Checoslováquia caso a França o fizesse primeiro.
87 Cfr. A.J.P. Taylor, ob. cit., p. 231.
88 Cfr. A.J.P. Taylor, ob. cit., p. 231.
89 Cfr. Frank Mcdonough, ob. cit., p. 69.
90 Cfr. Niall Ferguson, ob. cit., p. 320.
91 Cfr. Frank Mcdonough, ob cit., p. 39.
92 Cfr. R. A. C. Parker, ob. cit., p. 26.

93 Urge trazer a terreiro, que Hitler escreveu uma sequela do “Mein Kampf”, denominado o 2.º livro, escrito em 1928 - e que nunca foi publicado durante a sua vida. Face à exiguidade de vendas do “Mein Kampf”, Hitler não colocou à venda aquele livro e depois de se tornar líder da Alemanha, não quis publicar aquele livro com medo que fosse muito explícito em relação à sua política externa. Efectivamente, o capítulo XIV é dedicado a uma ideia defendida por Hitler acerca de uma aliança entre a Inglaterra (que considerava ariana), e a Alemanha contra os EUA. Contudo, os termos dessa aliança eram paradigmáticos acerca do modo como Hitler via os Aliados: A Inglaterra estaria despojada do seu império e da sua Marinha que estariam confiados à Alemanha. Cfr. Gerhard L. Weinberg, Hitler's Second Book: The Unpublished Sequel to Mein Kampf, New York, Enigma Books, 2006, pp. 160 a 174.

94 Este livro é um compêndio que abarca os melhores discursos proferidos por Winston Churchill e foi elaborado pelo seu neto, que possui o mesmo nome que o avô: Winston Spencer Leonard Churchill.